

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

JANEIRO 2023

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

STJ - SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
+55 61 3319.8000 | <http://www.stj.jus.br>

ENFAM - St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 9 - Asa Sul, Brasília - DF, 70200-003
+55 61 3319.7700 | <http://www.enfam.jus.br>

PODER JUDICIÁRIO

**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
DE MAGISTRADOS – ENFAM**

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

I – APRESENTAÇÃO

II – PRINCIPAIS AÇÕES

III – DESAFIOS

IV – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

V – NOTAS EXPLICATIVAS

VI – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050002

JANEIRO DE 2023

I – APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ - <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

II – PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade executando, dentre outras atividades:

1. A analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta) por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerência deste órgão;
4. A verificação da a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;

IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), inclusive o NBC TSP 11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

Ressalta-se que o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e critérios contábeis estão segregadas em cada balanço para melhor compreensão do usuário, sendo que as mesmas podem abranger mais de um demonstrativo, sendo esta disposição de dados permitida pelo item 8, parte V, MCASP8º - Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis da UG 050002 – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 31 de janeiro de 2023**.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2022 em relação a dezembro de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta ENFAM.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados no saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

ATIVO					
GRUPO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/12/2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		13.438.088,01	2.461.849,10	445,85%	100,00%
Caixa e Equivalente de Caixa	01	12.722.166,67	1.745.927,76	628,68%	94,67%
Créditos de Curto Prazo		715.921,34	715.921,34	0,00%	5,33%
TOTAL		13.438.088,01	2.461.849,10	445,85%	100,00%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
GRUPO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/12/2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		798.775,24	810.836,20	-1,49%	5,94%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP		513,60	4.162,40	-87,66%	0,00%
Fornec. e Contas a Pagar – CP		0,00	0,00	0,00%	0,00%
Provisões a Curto Prazo		797.508,21	803.288,79	-0,72%	5,93%
Demais Obrigações a CP		753,43	3.385,01	-77,74%	0,01%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.639.312,77	1.651.012,90	665,55%	94,06%
Resultado do Exercício	02	10.982.519,29	414.356,71	2550,50%	81,73%
Result. de Exerc. Anteriores		1.651.012,90	1.195.664,18	38,08%	12,29%
Ajustes de Exerc. Anteriores		5.780,58	40.992,01	-85,90%	0,04%
TOTAL		13.438.088,01	2.461.849,10	445,85%	100,00%

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS				
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	JAN23 (R\$)	DEZ22 (R\$)	
1. SALDO PATRIMONIAL				
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		13.438.088,01	2.461.849,10	
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		-2.244.779,88	-1.160.344,41	
TOTAL		11.193.308,13	853.504,69	
2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS				
Execução dos Atos Potenciais		9.784.038,81	7.485.532,89	
TOTAL		9.784.038,81	7.485.532,89	
3. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL				
Destinação de Recursos				SUPERÁVIT/ DÉFICIT
Recursos Ordinários				11.274.895,00
Recursos Vinculados				-
TOTAL	02			11.274.895,00

V – NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos a seguir informados decorrem da transferência financeira da UG 050001 (STJ) à UG 050002 (ENFAM) ocorridas até a presente data por meio do documento 2023PF000010, no valor de R\$ 12.147.295,00, acrescido do saldo remanescente do exercício anterior, no valor total de R\$ 1.745.927,76, e deduzido das despesas pagas até o fim do mês ora em análise. Destaca-se que a UG da ENFAM não tem status de Unidade Orçamentária – UO e, portanto, não recebe crédito orçamentário e recurso financeiro diretamente dos respectivos órgãos centrais (Secretaria de Orçamento Federal).

FONTE	31/01/2023 (R\$)
1000 – Recursos Livres da União	R\$ 12.722.166,67
TOTAL	R\$ 12.722.166,67

NOTA 02 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro de R\$ 11.274.895,00 ora informado decorre da diferença entre o ativo financeiro disponível na conta 'Caixa e Equivalente de Caixa' e o passivo financeiro, resultante da soma dos empenhos a liquidar e liquidados a pagar do presente exercício com os restos a pagar processados e não processados a pagar. Esse aporte efetuado pelo STJ à ENFAM também justifica a grande variação observada no resultado do exercício na comparação entre o final de 2022 e o fim de janeiro de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio da ENFAM, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta ENFAM, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/ Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

A seguir, é demonstrado o mapa das variações acumuladas no exercício:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022	AH	AV
Transferências e Delegações Recebidas		12.147.295,00	14.226.806,00	-14,62%	99,98%
Transferências Intragovernamentais		12.147.295,00	14.226.806,00	-14,62%	99,98%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.861,39	0,00	100,00%	0,02%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.861,39	0,00	100,00%	0,02%
TOTAL		12.150.156,39	14.226.806,00	-14,60%	100,00%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022	AH	AV
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	03	220.029,97	261.474,89	-15,85%	18,84%
Transferências e Delegações Concedidas	04	943.733,53	434.778,48	117,06%	80,82%
Transferências Intragovernamentais		943.733,53	434.778,48	117,06%	80,82%
Tributárias		3.873,60	4.428,68	-12,53%	0,33%
Contribuições		513,60	4.428,68	-88,40%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		1.167.637,10	700.682,05	66,64%	100,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		10.982.519,29	13.526.123,95	-18,81%	

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	31/01/2023 (R\$)	31/01/2022 (R\$)	AH
		12.150.156,39	14.226.806,00
Transferências e Delegações Recebidas	12.147.295,00	14.226.806,00	-14,62%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.861,39	-	100,00%

(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	31/01/2023 (R\$)	31/01/2022 (R\$)	AH
		1.167.637,10	700.682,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	220.029,97	261.474,89	-15,85%
Transferências e Delegações Concedidas	943.733,53	434.778,48	117,06%
Tributárias	3.873,60	4.428,68	-12,53%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	0,00%

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 03 – VPD – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Esse grupo representa o consumo de diárias e passagens aéreas emitidas e os serviços de terceiros pessoa física e jurídica contratados realizados pela UG 050002. Em consulta ao razão da conta 33211.01.00 observa-se, já em janeiro de 2023, uma série de pagamentos de diárias a colaboradores eventuais, o que não ocorreu no mesmo período do ano passado. Destaca-se que a grande redução observada no item “Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” se deve principalmente ao fato de que em janeiro do ano passado a ENFAM efetuou um grande pagamento, no valor de R\$ 45.152,26, a conta do contrato 012/2021 cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de jornalismo contratados junto à empresa G4F Soluções Corporativas Ltda.

	JAN/23	JAN/22	AH(%)
Diárias	R\$ 46.150,00	R\$ -	100,00%
Serviços Terceiros Pessoa Física	R\$ 154.093,00	R\$ 180.867,40	-14,80%
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 19.786,97	R\$ 80.607,49	-75,45%
Total	R\$ 220.029,97	R\$ 261.474,89	-15,85%

NOTA 04 – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

A grande variação observada neste item na comparação entre os meses de janeiro de 2022 e 2023 se deve principalmente à devolução do sub-repasse diferido da UG da ENFAM para a UG do STJ no valor total de R\$ 940.872,14. Ressalta-se que em 2022 a devolução do sub-repasse diferido ocorreu em fevereiro e esta nota também justifica a variação constante do item “Transferências Financeiras Concedidas” constante da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

Receitas	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	AV
Receitas Correntes						
Déficit	05			872.400,00	872.400,00	
TOTAL				872.400,00	872.400,00	

Despesas	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes				872.400,00	46.450,00	46.450,00	-872.400,00
TOTAL	05			872.400,00	46.450,00	46.450,00	-872.400,00

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

Não Processados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31.12.21 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		7.771,74	789.736,47	177.753,57	176.486,54	-	621.021,67
Outras Despesas Correntes		7.771,74	789.736,47	177.753,57	176.486,54	-	621.021,67
TOTAL	06	7.771,74	789.736,47	177.753,57	176.486,54	-	621.021,67

Processados / Não Processados Liquidados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31.12.21	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas. Correntes			7.547,41	7.547,41		
Outras Despesas Correntes			7.547,41	7.547,41		
TOTAL			7.547,41	7.547,41		

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 05 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit apresentado decorre dos empenhos emitidos pela ENFAM, que até a presente data perfazem a monta de R\$ 872.400,00, sem contrapartida de receitas, uma vez que esta UG, além de não ser geradora de receita própria, recebe seus recursos orçamentários e financeiros por descentralização efetuada pela UG 050001 (STJ). Destaca-se que o saldo constante da conta limite de saque por vinculação de pagamento demonstrado no Balanço Patrimonial é esclarecido na 'NOTA 01' e não compõe o Balanço Orçamentário.

NOTA 06 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

O STJ, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade (Art. 2º da Lei 4.320/64) e às orientações do Acórdão TCU nº 2823/2015, executa monitoramento dos créditos inscritos em restos a pagar, mantendo controles rígidos principalmente na manutenção de recursos realmente necessários para liquidação de despesas obrigatórias. Os restos a pagar da ENFAM abarcam somente despesas correntes daquela escola.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Demonstrativo contábil em que se confrontam, num dado momento, as receitas e as despesas orçamentárias desta ENFAM, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da ENFAM. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.147.295,00	14.226.806,00
Resultantes da Execução Orçamentária		12.147.295,00	14.226.806,00
Sub-repasse Recebido		12.147.295,00	14.226.806,00
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		829.111,39	299.515,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	07	826.250,00	299.515,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.861,39	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		1.745.927,76	1.230.828,42
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.745.927,76	1.230.828,42
TOTAL		14.722.334,15	15.757.149,95

DOS DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		872.400,00	299.515,53
Ordinárias		872.400,00	299.515,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		943.733,53	434.778,48
Resultantes da Execução Orçamentária		940.872,14	434.778,48
Repasse Concedido		-	434.778,48
Sub-Repasse Devolvido		940.872,14	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.861,39	-
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		184.033,95	265.903,57
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		7.547,41	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		176.486,54	265.903,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		12.722.166,67	14.756.952,37
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.722.166,67	14.756.952,37
TOTAL		14.722.334,15	15.757.149,95

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 07 – INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor informado no total de R\$ 826.250,00 embora consignado como restos a pagar não processados, diz respeito aos empenhos emitidos pela ENFAM no exercício corrente e que ainda não foram liquidados. Tal informação no Balanço Financeiro como 'Ingresso Extraorçamentário' serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros 'INGRESSOS' e 'DISPÊNDIOS', já que a Unidade Gestora da ENFAM não detém a função de Unidade Orçamentária para receber crédito orçamentário diretamente do órgão oficial (SOF/MPOG), executando suas despesas por intermédio de recursos descentralizados pela UG do STJ.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.976.238,91	13.526.123,95
	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022
INGRESSOS		12.150.156,39	14.226.806,00
Ingressos Extraorçamentários		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		12.147.295,00	14.226.806,00
Arrecadação de Outra Unidade		2.861,39	
Demais Recebimentos			
DESEMBOLSOS		-1.173.917,48	-700.682,05
Pessoal e Demais Despesas		-222.661,55	-261.474,89
Judiciário		-222.661,55	-261.474,89
Transferências Concedidas		-7.522,40	-4.428,68
Intragovernamentais		-7.522,40	-4.428,68
Outros Desembolsos das Operações		-943.733,53	-434.778,48
Dispêndios Extraorçamentários		-	-
Transferências Financeiras Concedidas	04	-943.733,53	-434.778,48

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	-
	Nota Explicativa	31/01/2023	31/01/2022
DESEMBOLSOS		-	-
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		10.976.238,91	13.526.123,95
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		1.745.927,76	1.230.828,42
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		12.722.166,67	14.756.952,37

VI – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), relativos ao presente mês, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da ENFAM.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.

Alanclei Barros

CONTADOR

CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araújo Sobrinho

José Jorge de Lima Neto

Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Ao Ordenador de Despesas,

Não constatamos quaisquer restrições que mereçam observação no presente período.

Respeitosamente,

Alanclei Barros

Chefe da Seção de Conformidade e Orientação Contábil

27.02.2023